

# As verdades que o País se recusa a aceitar

Para que o País possa pagar a dívida externa, toda a sociedade terá de ficar mais pobre em termos comparativos ao dólar; e quanto maior for a demora para se fazer esse sacrifício, pior será. Essa opinião é do ex-ministro Mário Henrique Simonsen, que participou ontem, juntamente com os economistas Paulo Rabello de Castro, Antônio Carlos Lemgruber e Antônio Carlos Porto Gonçalves, da Fundação Getúlio Vargas, e Virgílio Gibbon, superintendente adjunto da Bolsa do Rio, de um painel realizado pela Bolsa de Valores carioca.

Uma das conclusões do encontro foi a de que a economia brasileira atravessa grave crise e não sairá dela se não forem adotadas medidas que implicam uma certa violência, com a divisão de sacrifícios entre vários grupos da sociedade. Por essa razão, lembraram os debatedores, as soluções não são apenas técnicas, mas essencialmente políticas, e a sociedade terá de dar sua opinião.

O ex-governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, lembrou que já pregava uma ampla reforma na economia dos anos de 1979 e 1980, quando achava que o Brasil devia se dedicar totalmente a conjurar a crise econômica, adiando o processo de abertura política para meados de 1981. Mas foi voto vencido no governo Geisel, no que pediu o testemunho de Simonsen. O ex-governador acredita que a sociedade está pronta para passar por momentos de grande austeridade e que a maioria do povo tem consciência que o País atravessa sua pior crise da história republicana, mas lembra que os pobres não têm

condições de serem mais sacrificados.

## Hora da verdade

Simonsen, por sua vez, disse que está na hora de o Brasil se aperceber de certas verdades. Uma delas, segundo ele, é que é preciso planejamento econômico, pois o País não vai acabar no dia 31 de dezembro de 1983. Até agora, disse Simonsen, não se falou ainda em termos de planejamento econômico para os anos 1984 e 1985.

As outras verdades a serem aceitas pela sociedade é de que é impossível dividir o bolo quando ele está diminuindo, alertando para a inevitabilidade da redução salarial como forma de se conter a estagnação econômica e o desemprego. Segundo Simonsen, toda pessoa que, dentro do governo, criasse uma despesa, deveria ser obrigada a gerar a respectiva receita, lembrando seu tempo de ministro no governo Geisel em que sofria pressões de todos os demais setores governamentais. Não aprovava as despesas e remetia os pendentes ao general Geisel, que também não aprovava.

A seu ver, apenas o orçamento unificado pode resolver esse problema dos gastos governamentais, eliminando até parte da pressão sobre o próprio executivo. O orçamento monetário não tem controle, nele gasta-se à vontade sem que haja empenho de receita e os juros da dívida pública são contabilizados no próprio giro da dívida, "na mais autêntica contabilidade da fílipeta", destacou Simonsen.

Ele voltou a defender o tratamento de choque pregado pelo

ex-ministro Octávio Gouvêa de Bulhões. Quando o ex-governador baiano argumentou que os tempos são outros e o clima político também, recebeu como resposta que tudo depende, em termos de choque, da voltagem e da duração. Observou que Bulhões não levou o País a uma recessão como a de agora, que já perdura por três anos, nem causou o grande contingente de desempregados de hoje.

Entretanto, Simonsen também acha fundamental a opinião política da sociedade para a solução da crise, bem como para o controle da inflação, com o Congresso examinando todas as despesas do governo e com a sociedade identificando quais são os parlamentares inflacionistas ou não. E, por último, o ex-ministro lembrou que não há direito adquirido contra choques externos, para enfatizar que nenhuma classe social pode querer passar ao largo da crise.

## Decisão política

O economista Antônio Carlos Porto Gonçalves, da FGV, criticou o excesso de medidas tópicas, adotadas no curto prazo pelo governo, assinalando que também o orçamento da previdência privada deveria ser saneado. Paulo Rabello de Castro, redator-chefe da revista **Conjuntura Econômica**, disse que deve haver alguma coisa de errado quando um ministro tem de ser político e não técnico para sobreviver, com evidente inversão de funções. "Agora temos a questão central da economia brasileira, que é o empobrecimento e como dividi-lo. Ou seja, como decidir quem vai ficar mais pobre. Essa decisão não é técnica, mas, sim, política."